

## ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 31/03/2008, 01 e 02/04/2008.

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e oito, às quinze horas e trinta e cinco minutos, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, situado na Avenida W5 - SGAS, 902, Bloco C, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima sexta reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 78 conselheiros, sendo 43 titulares, 42 suplentes e 02 observadores, conforme **Anexo I**. Os titulares foram representados por 04 conselheiros do Poder Público Federal, 03 conselheiros do Poder Público Estadual, 02 conselheiros do Poder Público Municipal, 18 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 04 conselheiros das Entidades Empresariais, 05 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 04 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 03 conselheiros das Organizações Não Governamentais. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Elcione Diniz Macedo, saudou a todos, dando início à 16ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Mesa Coordenadora dos trabalhos convocando a Sra. Ana Maria Fernandes (ANPUR) de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, o Sr. Adnamar Santos (Cáritas) das Organizações Não Governamentais, o Sr. Edgar Coelho Vaz (FENAMETRO) das Entidades de Trabalhadores, Sr. Saulo Manoel da Silveira (UNMP) das Entidades do Movimento Popular, o Sr. Carlos Eduardo Xavier Marun (Governo do Mato Grosso do Sul) do Poder Público Estadual, o Sr. Jorge Luís Bernadi (UVB), do Poder Público Municipal e o Sr. Herivelton Jamerson da Silva Bastos (ANAMACO) das Entidades Empresariais. Em seguida, o Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz Macedo, apresentou a seguinte proposta de pauta para aprovação do Plenário: **1. Encaminhamento das Propostas aprovadas na 3ª Conferência Nacional das Cidades; 2. Revisão do Regimento Interno do Conselho das Cidades; 3. Informes dos Comitês Técnicos; 4. Representação do segmento Poder Público Estadual no ConCidades; 5. Votação das Resoluções; 6. Assinatura de Resolução do Conselho Gestor do FNIHS; 7. Assinatura do contrato de operação do Programa de Subsídio Habitacional (PSH).** Em seguida, o Coordenador colocou em votação a proposta de pauta, que foi aprovada por unanimidade. Logo após, a ata da décima quarta reunião ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário e encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Encaminhamento das propostas aprovadas na 3ª Conferência Nacional das Cidades.** Este ponto de pauta subdividia-se entre: a) Relatório Final da 3ª Conferência Nacional das Cidades; b) discussão da Proposta da “Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos”; c) propostas estaduais aprovadas em bloco. O Coordenador convidou o conselheiro Miguel Lobato para relatar o trabalho realizado pela Coordenação Executiva das 3ª Conferência Nacional das Cidades na construção do Relatório Final da Conferência. O relator apresentou ao plenário que o documento foi dividido em três partes e discorreu brevemente sobre cada um deles: 1. Histórico do processo da 3ª Conferência; 2. Carta da 3ª Conferência Nacional das Cidades ao Povo Brasileiro; 3. Resoluções da Conferência. O conselheiro Miguel Lobato deu início à leitura da Carta e foram realizados destaques pelo plenário ao texto. Os conselheiros Benedito Barbosa, Ubiratan Félix e Jorge Bernadi fizeram destaques propondo que a

redação da Carta fosse mais didática, sintética e que problematizasse questões importantes para o Conselho de forma direta, para ser amplamente difundida na sociedade. Houve ainda ampla discussão quanto ao parágrafo que se refere à desarticulação das políticas. Parte dos conselheiros defendia que o texto deveria tratar a questão de forma positiva, valorizando os avanços conquistados, enquanto os demais defendiam a manutenção da redação devido às dificuldades que ainda devem ser enfrentadas para articular as políticas tanto na área do Desenvolvimento Urbano, quanto entre as demais políticas públicas. O conselheiro Laerte Matias observou ainda que a Carta não abordava a questão da mobilidade urbana. Diante do discutido pelo plenário, o conselheiro Miguel Lobato propôs a suspensão da discussão do documento para que este fosse revisto por uma comissão a ser constituída no plenário, acatando as sugestões apresentadas. A proposta foi aprovada, com a condição de que esta comissão apresentasse a nova redação até o final da 16ª Reunião do ConCidades. A Carta foi lida novamente no plenário, após a revisão realizada pela comissão, com os devidos ajustes e foi aprovada por unanimidade. Logo após, foi apresentado o Histórico e as Resoluções da 3ª Conferência Nacional das Cidades, para que fossem homologados pelo Conselho, bem como as propostas estaduais aprovadas em bloco e as relativas à discussão da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. O conselho homologou os referidos documentos e o conselheiro Ângelo Arruda enfatizou que era preciso que a próxima gestão do ConCidades definisse as ações prioritárias, dentre as resoluções, para construir a agenda do Conselho. **2. Revisão do Regimento Interno do Conselho das Cidades.** O conselheiro Miguel Lobato expôs que foi constituído um grupo de trabalho para a revisão do Regimento Interno do ConCidades e que este grupo se reuniu duas vezes. Na revisão foram propostas alterações quanto ao funcionamento do Conselho. O conselheiro Miguel Lobato sugeriu como metodologia para este ponto de pauta, a leitura das propostas de alteração do Regimento, para que a plenária fizesse os destaques. O plenário aprovou a proposta e deu início a leitura do Regimento. A conselheira Marli Carrara solicitou esclarecimento quanto à inclusão do caráter regional entre as competências do Conselho. O Secretário Benny Schasberg endossou a solicitação da conselheira Marli Carrara e sugeriu que a redação contemplasse que as competências do Conselho quanto ao desenvolvimento urbano ocorresse de forma integrada ao desenvolvimento regional e metropolitano. O conselheiro Ângelo Arruda esclareceu que no atual Regimento é previsto que o Conselho tem como finalidade formular, estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional com participação social. Portanto, a inserção do termo regional nos demais artigos do Regimento tem como objetivo dar concretude a esta finalidade do Conselho, bem como enfatizou que não há impedimentos na legislação para que o Ministério das Cidades aborde a questão do desenvolvimento regional e metropolitano em suas ações. O conselheiro Miguel Lobato ressaltou que não há contradição entre o texto apresentado e a redação sugerida pelo Secretário Benny Schasberg. O plenário aprovou a inclusão da redação proposta pelo referido Secretário nos artigos que tratassem do tema. Também foi aprovado pelo plenário a inclusão do aspecto metropolitano na redação. Por sugestão da conselheira Arlete Moysés foi retirado o termo sustentável do inciso XI e XIV do Artigo 3º. O conselheiro Nelson Saule sugeriu a inclusão da aprovação do Plano Nacional de Habitação e de Saneamento entre as competências do Conselho. A conselheira Marli Carrara concordou com a proposta, mas ressaltou que esta redação deve abranger a aprovação de todos os planos relacionados à política de desenvolvimento urbano. O conselheiro Miguel Lobato lembrou que na Seção IV do Regimento Interno é prevista a aprovação dos planos pelos Comitês Técnicos. O conselheiro Nelson Saule justificou que os Comitês compõem a estrutura do Conselho e que este assunto deve ser também debatido pelo plenário do Conselho, após a discussão no Comitê. O Sr. Ministro das Cidades sugeriu que no

Regimento deva constar dispositivo que estabeleça, dentre as atribuições do Plenário do ConCidades, a competência de “apreciar a deliberar sobre as proposições a ele encaminhadas pelos Comitês Técnicos, em especial as relativas à aprovação dos Planos Setoriais Nacionais”. O plenário aprovou a proposta apresentada pelo Ministro. O Secretário Benny Schasberg propôs a inclusão da questão federativa no artigo 5º, devido ao esforço que o país tem feito para recuperar a sua capacidade de ação federativa, que foi aprovado pelo plenário. A conselheira Marli Carrara fez um destaque no artigo que trata da composição do Conselho, para propor a inclusão de uma instância formada por conselheiros representantes de todos os segmentos que teria como competência organizar a pauta da reunião junto à Secretaria Executiva do ConCidades, acompanhar as atividades do Conselho, ser a referência de contato com os segmentos e acompanhar o encaminhamento dado às resoluções. O conselheiro Ângelo Arruda sugeriu que esta discussão fosse amadurecida com a constituição de uma comissão para propor uma redação para o regimento a ser apreciada na próxima reunião. O plenário aprovou o encaminhamento. A conselheira Marli Carrara sugeriu a supressão de inciso no Art. 9º do Regimento Interno que determina que a entidade comunique a ausência do titular cinco dias antes da reunião. A proposta foi aceita e o inciso foi suprimido. Houve ainda discussão quanto à indicação de novo representante da entidade em caso de três ausências no período de um ano. O conselheiro Benedito Barbosa ressaltou que esta redação deve prever que, para a indicação de novo representante, as ausências devam ser consecutivas e injustificadas, o que foi acatado pelo plenário. A Srª Grazia de Grazia, consultada para opinar sobre dispositivo do regimento, propôs a inclusão de um artigo tratando das situações em que a entidade eleita na conferência não toma posse, defendeu que essa vaga não seja substituída por nenhuma entidade, de forma a respeitar a deliberação da conferência. Foi aprovado em plenário que a entidade suplente assume a titularidade e o assento de suplente fica vago até a próxima conferência. Sobre a proposta de constituição da Comissão Coordenadora dos trabalhos do Conselho, foi informado que a participação da Consultoria Jurídica do Ministério nas reuniões do Conselho somente poderia se dar a partir da condição de convidada. Em relação às competências da referida Comissão, a conselheira Marli Carrara propôs a supressão da palavra “prévio” que encaminha a expressão “emissão de pareceres” às propostas de resolução, pois entende que o parecer deve ser do plenário. A redação foi aprovada por unanimidade. O conselheiro Benedito Barbosa iniciou uma discussão sobre a definição de prazos para os encaminhamentos das resoluções. O Secretário-Executivo do ConCidades ressaltou que a Consultoria Jurídica do Ministério elaborou um parecer contrário à definição de prazos para a homologação de resoluções. A conselheira Marli Carrara sugeriu que não se determine prazos no Regimento, mas que incluía um artigo prevendo como primeiro ponto pauta da reunião do Conselho a apresentação dos encaminhamentos das resoluções aprovadas na reunião anterior, de forma a justificar os casos em que a resolução não foi homologada. A proposta foi aprovada. O Secretário Benny Schasberg fez um destaque no Art. 35, que define um quorum mínimo de quinze conselheiros para as reuniões dos Comitês, propondo que este número fosse reduzido para dez, de forma a não inviabilizar as discussões e os encaminhamentos dos Comitês. O Secretário defendeu ainda que o Comitê é uma instância orgânica do Conselho e que é um espaço de debate qualificado. A proposta foi aprovada pelo plenário. O conselheiro Ubiratan Félix propôs que a redação do artigo que trata das despesas de hospedagem, transporte e alimentação dos membros do Conselho não sofra alterações nesta revisão do Regimento, defendeu que tais despesas sejam custeadas apenas para o movimento popular, para as Organizações Não Governamentais, as entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisa e para o segmento de trabalhadores. Os conselheiros Ângelo Arruda e Jurandir Guatassara defenderam a aprovação do texto proposto pelo Grupo de Trabalho de Revisão

do Regimento, em que o Ministério custeava as despesas com hospedagem, transporte e alimentação para todos os segmentos. Após votação, o plenário aprovou a redação proposta pelo Grupo de Trabalho. Foi encaminhado que as novas propostas de revisão apresentadas nesta reunião, que não foram debatidas pelo Grupo de Trabalho serão discutidas pela Comissão que se reunirá para formular uma proposta de Coordenação Executiva do Conselho.

**3. Informes dos Comitês Técnicos.** O Secretário Benny Schasberg informou que o Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano discutiu sobre a constituição de uma rede nacional descentralizada de pesquisa e avaliação dos planos diretores participativos e de capacitação para a sua implementação. Informou ainda que o Comitê deliberou a realização de um Seminário conjunto com o Comitê Técnico de Habitação para realizar uma discussão qualificada sobre o Projeto de Lei nº 3.057/00, que trata da revisão da lei de parcelamento do solo urbano e de regularização fundiária. O conselheiro Nazareno Spósito apresentou que o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana discutiu os encaminhamentos pendentes que haviam sido deliberados pelo Comitê, sobre a destinação de recurso para a política e a articulação do Conselho com a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. O Ministro Marcio Fortes fez esclarecimentos quanto à destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a mobilidade urbana. A Secretária Inês Magalhães relatou que o Comitê Técnico de Habitação teve como pauta a discussão do Plano Nacional de Habitação, o orçamento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para o ano de 2008 e a apresentação da “Ação de Apoio à Produção Social da Moradia”, dentro do “Programa de Habitação de Interesse Social”. O Comitê Técnico de Saneamento Ambiental apresentou um balanço das ações da Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA) e sobre a utilização dos recursos do PAC para a área de Saneamento.

**4. Representação do segmento Poder Público Estadual no ConCidades.** Foi informado pelo Secretário-Executivo que a revisão da representação do Poder Público Estadual deverá ser discutida pelo próprio segmento, em reunião a ser agendada com a participação do Sr. Ministro Marcio Fortes. O encaminhamento foi aprovado pelos presentes.

**5. Votação das Resoluções.** O Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz, assumiu a palavra para ler a proposta que recomenda ao Ministério das Cidades ações imediatas para a efetiva implementação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. A resolução foi aprovada por unanimidade. Na seqüência, apresentou a proposta de Resolução que recomenda o lançamento de campanha de sensibilização e mobilização para a elaboração e implementação dos Planos de Saneamento Básico. O conselheiro Miguel Lobato propôs que a redação contemplasse a realização de campanha para a construção de todos os planos das políticas que compõem a pasta do Ministério. O conselheiro Ubiratan Félix ponderou que é preciso o lançamento de uma campanha específica para o Plano Nacional de Saneamento Básico devido a uma própria definição do ConCidades, aprovada na forma da Resolução Recomendada nº 32, que até o momento não foi implementada. O plenário aprovou a resolução apresentada pelo Comitê. Também foi votada a resolução que constitui um grupo de trabalho para mobilizar e articular uma agenda brasileira para o Ano Internacional do Saneamento. A resolução também foi aprovada sem alteração. Outra resolução em regime de votação recomenda a edição de decreto para a regulamentação da Lei nº. 11.445/07, que estabelece o marco regulatório do saneamento básico no Brasil. Após debate, o texto foi votado e aprovado por unanimidade. O Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz, apresentou resolução que recomenda a instituição do grupo de trabalho para desenvolver uma campanha nacional de implementação da agenda do Conselho das Cidades e da 3ª Conferência das Cidades. A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. O Secretário-Executivo do ConCidades apresentou ainda resolução que recomenda aos governos municipais e

estaduais o convite à participação de associações e cooperativas habitacionais como executoras dos contratos que venham a ser celebrados com o Ministério das Cidades no âmbito do FNHIS. A resolução também foi aprovada pelo plenário. O conselheiro Miguel Lobato apresentou uma moção de apoio às famílias despejadas da ocupação Portelinha na cidade de Manaus. Esta moção foi entregue pela entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). O Sr. Elcione Diniz propôs que o Ministério assumira o compromisso de mediar tal conflito, de forma que não é necessário aprovar a moção. A proposta do Secretário-Executivo foi aprovada. **6. Assinatura da Resolução do Conselho Gestor do FNHIS.** Foi assinada a resolução do Conselho Gestor do FNHIS que cria a “Ação de Apoio à Produção Social da Moradia”, dentro do “Programa de Habitação de Interesse Social”, e a resolução que dispõe sobre os novos prazos para a adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Para a assinatura desse documento esteve presente o Deputado Federal Zezéu Ribeiro. **7. Assinatura do contrato de operação do Programa de Subsídio Habitacional (PSH).** Foi assinado um convênio para a construção de duzentas unidades habitacionais no município de Monte Negro no Rio Grande do Sul. Estiveram presentes o Deputado Federal Gilson Covati e o Prefeito de Monte Negro. Logo após, a Sr<sup>a</sup> Alexandra Reschke, Secretária de Patrimônio da União agradeceu o apoio do Ministério para a realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho constituído para discutir os critérios para destinação de imóveis da União para programas de provisão habitacional de interesse social e fortalecimento da gestão democrática desse patrimônio. No encerramento dos trabalhos, o Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz, e o Sr. Ministro Marcio Fortes de Almeida, se despediram e agradeceram a presença de todos.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente